RESIC
Revista dos Seminários de Iniciação Científica
Edição Especial - Passos MG
2026

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NO BRASIL: ANÁLISE DO ACESSO À CONTRACEPÇÃO, DOS DIREITOS REPRODUTIVOS E DA EDUCAÇÃO SEXUAL – UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

FREIRE AJO[1]; ALMEIDA DO[1]; VILANI YP[1]; PEREIRA IN[1]; SILVA VLQ[2]
[1] Acadêmicos do Curso de Medicina da Faculdade Atenas Passos; [2] Docente da Faculdade de Medicina Atenas Passos (UniAtenas: Centro Universitário Atenas)
Autor correspondente: anajulia2406uju@gmail.com

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde sexual e reprodutiva constitui um elemento central do direito à saúde e do exercício da cidadania. OBJETIVO: O objetivo deste estudo foi analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, o acesso aos métodos contraceptivos (com ênfase nos LARCs), a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos e o papel da educação sexual na prevenção de gestações não planejadas e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) no Brasil. MÉTODOS: A busca foi realizada na base de dados SciELO (2020–2026) utilizando a estratégia PICO e as diretrizes da recomendação PRISMA. Foram incluídos nove artigos científicos no corpus de análise. RESULTADOS: Os resultados apontam que, apesar do arcabouço normativo existente, persistem iniquidades na distribuição de insumos, subutilização de LARCs decorrente de falhas de insumos e capacitação técnica, estigmas no atendimento a adolescentes e ações de educação sexual fragmentadas. DISCUSSÃO: Os desafios em saúde sexual e reprodutiva são interdependentes, sendo essencial fortalecer a atenção primária, qualificar profissionais, ampliar o acesso aos LARCs e investir em educação sexual contínua para reduzir desigualdades e melhorar os indicadores de saúde. CONCLUSÃO: Conclui-se que a disponibilidade isolada de contraceptivos não garante o acesso equitativo, sendo urgente o fortalecimento da Atenção Primária, a qualificação das equipes e o financiamento de programas permanentes de educação sexual emancipatórios.
Palavras-chave: Saúde Sexual e Reprodutiva; Contracepção; Direitos Reprodutivos; Educação Sexual; Atenção Primária à Saúde.

INTRODUÇÃO

A saúde sexual e reprodutiva constitui um componente fundamental do direito à saúde, englobando o acesso às informações e serviços que assegurem o exercício seguro e informado da sexualidade e da reprodução. No Brasil, apesar dos avanços importantes na formulação de políticas públicas no que tange ao planejamento familiar e à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, ainda persistem desafios estruturais relacionados à equidade no acesso e à efetividade dessas ações nos serviços de saúde.

A ampliação do acesso aos métodos contraceptivos representa um dos elementos centrais da saúde reprodutiva. Todavia, evidências apontam que a oferta e a utilização desses métodos ainda são marcadas por desigualdades sociais, regionais e institucionais, impactando principalmente populações vulneráveis. Desse modo, apesar dos benefícios dos métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARCs) - como os dispositivos intra-uterinos (DIU) e os implantes hormonais -, que se destacam por sua elevada eficiência e custo-efetividade, sua incorporação nos serviços públicos permanece limitada por barreiras como restrições na oferta, capacitação profissional insuficiente e desinformação, o que restringe sua utilização em larga escala.

Ademais, os direitos sexuais e reprodutivos, embora legalmente assegurados, enfrentam entraves que ultrapassam o campo normativo. Tais direitos frequentemente são condicionados

por fatores institucionais, culturais e sociais que limitam a autonomia reprodutiva, especialmente entre mulheres jovens, negras e de baixa renda.

Outro aspecto relevante refere-se à educação sexual, estratégia essencial na prevenção de gestações não planejadas e ISTs. Fragilidades na educação em saúde e falhas na comunicação entre serviços de saúde e usuários contribuem para a adoção inadequada de métodos contraceptivos, somando-se a resistências socioculturais que limitam programas abrangentes e baseados em evidências.

Assim, esta revisão integrativa tem como objetivo analisar a literatura científica acerca da saúde sexual e reprodutiva no Brasil, com ênfase no acesso aos métodos contraceptivos (particularmente LARCs), na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos e no papel da educação sexual.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método rigoroso voltado a mapear, avaliar criticamente e sintetizar as evidências disponíveis sobre uma pergunta delimitada, com minimização de vieses (PAGE et al., 2021). Para fundamentar a investigação, estruturou-se a estratégia PICO conforme apresentado:

P (População): Indivíduos em idade reprodutiva, com ênfase em mulheres, adolescentes e jovens no contexto brasileiro.

I (Intervenção/Exposição): Acesso a métodos contraceptivos (especialmente LARCs), políticas públicas de saúde reprodutiva e programas de educação sexual.

C (Comparação): Ausência ou acesso limitado a métodos contraceptivos, falhas na implementação de políticas públicas e lacunas na educação sexual.

O (Desfecho): Prevenção de gestações não planejadas, adesão a métodos contraceptivos eficazes, redução de ISTs e efetivação de direitos reprodutivos.

Pergunta Norteadora: Qual é o impacto do acesso a métodos contraceptivos (especialmente LARCs), das políticas públicas de saúde reprodutiva e da educação sexual na prevenção de gestações não planejadas e infecções sexualmente transmissíveis em indivíduos em idade reprodutiva no Brasil?

A busca foi conduzida na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizaram-se os descritores em português combinados com operadores booleanos: ("saúde sexual e reprodutiva") AND ("planejamento familiar" OR "contracepção" OR "métodos contraceptivos") AND ("direitos reprodutivos" OR "educação sexual").

Foram incluídos artigos originais, revisões e manuais/diretrizes de saúde pública publicados entre 2020 e 2026, disponíveis na íntegra em português, que abordassem diretamente o contexto brasileiro.

Foram excluídos: artigos duplicados, editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos, estudos fora do escopo ou sem clareza metodológica.

A seleção seguiu o protocolo PRISMA (PAGE et al., 2021) em três etapas: triagem inicial por títulos/resumos, avaliação de elegibilidade via leitura na íntegra e extração/síntese qualitativa dos dados.

RESULTADOS

A partir do processo de seleção e elegibilidade, compuseram o corpus final desta revisão nove (9) estudos científicos. As características fundamentais e as contribuições de cada artigo estão sintetizadas no Quadro 1.

DISCUSSÃO

A presente revisão evidencia que os avanços normativos na área da saúde sexual e reprodutiva no Brasil não têm se traduzido, de forma consistente, em mudanças efetivas na prática assistencial. A persistência de lacunas entre o que é preconizado pelas políticas públicas e o que é ofertado nos serviços de saúde indica que fatores estruturais e organizacionais ainda limitam a integralidade do cuidado (VIEIRA JR et al., 2025; FARIA et al., 2025).

Nesse contexto, o acesso aos métodos contraceptivos deve ser compreendido para além da disponibilidade formal de insumos. O estudo de Pinheiro et al. (2026) corrobora os achados da literatura (2025) ao demonstrar que a iniquidade na distribuição de insumos e a falta de padronização nos serviços de Atenção Primária comprometem a qualidade da assistência. As evidências apontam que barreiras institucionais e desigualdades sociais seguem influenciando diretamente o uso desses métodos, perpetuando disparidades regionais e de renda (SILVA JÚNIOR; SILVA; NETTO, 2025).

A baixa incorporação dos métodos reversíveis de longa duração (LARCs) ilustra de forma significativa essas limitações. Enquanto o estudo dos Cadernos de Saúde Pública (2025 - Doc 6) enfatiza que a restrição ao uso dos LARCs decorre primordialmente do desabastecimento de insumos e da falta de capacitação técnica dos profissionais de saúde, o estudo de Monteiro et al. (2025) traz uma consonância importante ao apontar que o estigma, o preconceito no atendimento e a falha de comunicação entre os profissionais e os usuários jovens criam barreiras atitudinais igualmente impeditivas. Essa convergência entre fragilidade infraestrutural e barreiras atitudinais evidencia que a expansão dos LARCs exige intervenções simultâneas na logística e na formação humanizada das equipes.

Além disso, a análise da garantia de direitos sexuais e reprodutivos revela importantes pontos de convergência na literatura. O trabalho de Faria et al. (2025) corrobora com a análise descritiva dos Cadernos de Saúde Pública (2025 Doc 7) ao constatar que o arcabouço legal, embora estruturado no papel, sofre forte oposição política e ideológica no campo legislativo, culminando em restrições práticas no atendimento à ponta. Em contrapartida, o estudo de Vieira Jr et al. (2025) traz uma nuance complementar (dissonância na abordagem) ao demonstrar que a limitação dos direitos não ocorre apenas por omissão legislativa ou falta de leis, mas também pela via da excessiva medicalização do corpo feminino promovida pelas próprias campanhas públicas de saúde.

No que se refere à educação sexual, os achados de Silva Júnior, Silva e Netto (2025) alinham-se aos dados da Revista Gaúcha de Enfermagem (2026) ao reiterarem que a ausência de abordagens contínuas de educação em saúde favorece a gravidez não planejada na adolescência. Por outro lado, o estudo de Monteiro et al. (2025) apresenta uma perspectiva divergente quanto à demanda dos jovens: enquanto as ações institucionais focam estritamente em um modelo biológico e prescritivo, os jovens demandam abordagens dialogadas que contemplem diversidade, gênero e autonomia.

Dessa forma, os achados desta revisão indicam que os desafios na área da saúde sexual e reprodutiva são interdependentes. O fortalecimento da atenção primária, aliado à qualificação profissional, ampliação do acesso a métodos eficazes como os LARCs e investimento em programas contínuos de educação sexual, mostra-se essencial para a redução das desigualdades e melhoria dos indicadores de saúde no país.

CONCLUSÃO

A principal evidência consolidada por esta revisão integrativa é de que a saúde sexual e reprodutiva no Brasil enfrenta um quadro de profunda vulnerabilidade estrutural, no qual a garantia teórica de direitos e a existência de insumos nos serviços não se convertem automaticamente em acesso equitativo. As evidências analisadas mostram-se robustas em

demonstrar que barreiras institucionais, estigmas no atendimento e falhas na oferta de métodos de longa duração (LARCs) impactam desproporcionalmente adolescentes e populações de menor renda. No entanto, observam-se lacunas na literatura estudada no que tange ao acompanhamento longitudinal do impacto das intervenções educativas no ambiente escolar e à avaliação quantitativa de custo-efetividade da implementação massiva de LARCs na Atenção Primária à Saúde.

Recomenda-se, portanto, a realização de novos estudos primários - sobretudo ensaios comunitários e pesquisas operacionais de implementação de serviços -, a fim de fundamentar estratégias capazes de superar essas lacunas práticas.

Diante disso, conclui-se que a disponibilidade isolada de métodos contraceptivos não garante seu uso efetivo, sendo diretamente influenciada por condicionantes socioeconômicos e culturais. A superação desse cenário requer o fortalecimento de estratégias integradas que contemplem a capacitação contínua dos profissionais de saúde, a ampliação do portfólio de contraceptivos (com foco em LARCs) e a consolidação de políticas públicas e programas de educação sexual emancipatórios e baseados em evidências.

REFERÊNCIAS

VIEIRA JR, E. et al. Análise das campanhas de HPV e câncer do colo do útero no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 8, 2025.

MONTEIRO, S. S. et al. Demandas de jovens em saúde sexual e reprodutiva no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 41, n. 4, e000500, 2025.

FARIA, C. F. et al. Produção legislativa em saúde sexual e reprodutiva no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 41, n. 4, e000502, 2025.

SILVA JÚNIOR, L. C.; SILVA, S. C.; NETTO, L. Reincidência de gravidez na adolescência: escolha ou sujeição. Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 5, e02952022, 2025. DOI: 10.1590/1413-81232025305.02952022.

PINHEIRO, A. S. et al. Indicadores para avaliação da assistência em contracepção na atenção primária à saúde. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 26, n. 1, 2026.

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA. Acesso a métodos contraceptivos no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 41, n. 4, e000500, 2025.

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA. Direitos sexuais e reprodutivos no contexto brasileiro. Cadernos de Saúde Pública, v. 41, n. 4, e000501, 2025.

REVISTA GAÚCHA DE ENFERMAGEM. Educação sexual e uso de contraceptivos entre jovens. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 47, e2602, 2026.

CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA. Planejamento familiar e políticas públicas no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 5, 2025.

Nº	Autor(es)	Ano	Título do Estudo	Tipo de Estudo	Principais Resultados	Contribuições para a Pesquisa
01	Vieira Jr E, et al.	2025	Análise das campanhas de HPV e câncer do colo do útero no Brasil	Qualitativo / Documental	Medicalização do corpo feminino e reforço de desigualdades de gênero nas campanhas informativas.	Evidencia barreiras comunicacionais nas políticas de prevenção e saúde reprodutiva.
02	Monteiro SS, et al.	2025	Demandas de jovens em	Qualitativo	Barreiras institucionais de	Demonstra os entraves de

			saúde sexual e reprodutiva no Brasil		acesso, estigma no atendimento e falhas na rede de atenção.	acolhimento de jovens e adolescentes na Atenção Primária.
03	Faria CF, et al.	2025	Produção legislativa em saúde sexual e reprodutiva no Brasil	Observacional (Político)	Influência expressiva de pautas conservadoras na limitação de avanços nos direitos sexuais e reprodutivos.	Explica a lacuna entre o arcabouço normativo e sua aplicação prática no legislativo.
04	Silva Júnior LC, Silva SC, Netto L.	2025	Reincidência de gravidez na adolescência: escolha ou sujeição	Revisão Sistemática	Falta de educação sexual contínua, baixa adesão contraceptiva e marcante vulnerabilidade social.	Reforça a vulnerabilidade social como determinante central da gravidez recorrente.
05	Pinheiro AS, et al.	2026	Indicadores para avaliação da assistência em contracepção na atenção primária à saúde	Quantitativo / Avaliativo	Iniquidade na distribuição de insumos e falta de padronização nas ações de planejamento familiar.	Sublinha a necessidade de qualificação da gestão e assistência na Atenção Primária à Saúde.
06	Cadernos de Saúde Pública	2025	Acesso a métodos contraceptivos no Brasil	Epidemiológico / Transversal	Baixa oferta e subutilização de LARCs decorrentes da falta de insumos e lacuna na capacitação profissional.	Justifica a necessidade de expansão da oferta de LARCs na rede pública.
07	Cadernos de Saúde Pública	2025	Direitos sexuais e reprodutivos no contexto brasileiro	Descritivo / Documental	Discrepância marcante entre as garantias legais formais e o acesso real por populações vulneráveis.	Mapeia os gargalos sociais e institucionais na garantia de direitos reprodutivos.

08	Revista Gaúcha de Enfermagem	2026	Educação sexual e uso de contraceptivos entre jovens	Qualitativo / Ação	Ações educativas pontuais e desfragmentadas limitam a autonomia e o uso correto de métodos.	Destaca a urgência de programas permanentes de educação sexual nas escolas e postos.
09	Ciência & Saúde Coletiva	2025	Planejamento familiar e políticas públicas no Brasil	Revisão Integrativa	Persistência de desigualdades regionais e socioeconômicas no acesso integral às políticas de saúde.	Sintetiza a interdependência entre planejamento familiar, equidade e políticas públicas.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos incluídos na revisão bibliográfica